

## Nélson Carvalho

Depois de uma primeira versão ter tido o chumbo do Tribunal Constitucional, entrou recentemente em vigência o Decreto Legislativo Regional que proíbe a comercialização de drogas legais na Madeira. A promulgação da "lei da droga madeirense" torna a Região pioneira, ao nível nacional, na adopção de medidas concretas contra o flagelo da droga, nomeadamente a proibição de venda das, até agora, chamadas drogas legais, de que se destaca a mefredona, que as pessoas conhecem como o bloom, a qual passou a ser considerada ilícita em Maio deste ano.

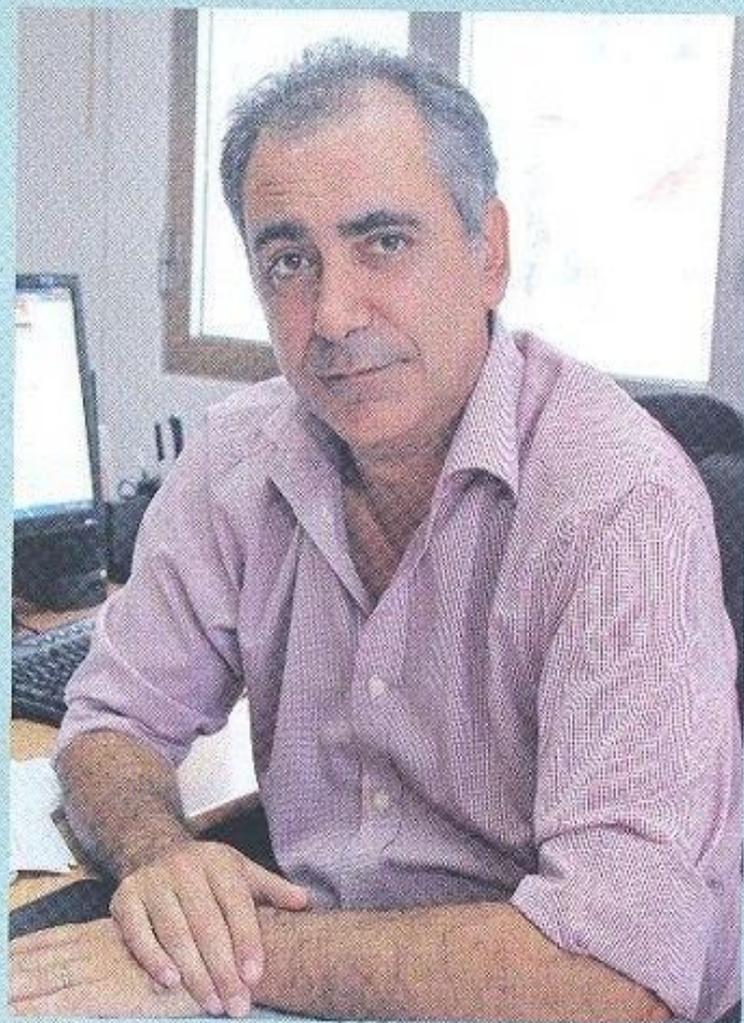
A 'lei da droga madeirense' tem uma tabela anexa de substâncias, que deverá ser actualizada todos os anos. Em paralelo, prevê um regime cautelar de 18 meses, de forma a evitar que novas substâncias possam ser legalmente introduzidas no mercado. Nesses 18 meses, essas substâncias podem ser incluídas nas referidas tabelas. A promulgação da "lei da droga madeirense" é claramente aplaudida por Nélson Carvalho, Diretor do Serviço de Prevenção da Toxicodependência, serviço que está integrado no Instituto da Saúde e Assuntos Sociais e tem atuado ativamente no sentido de alertar e prevenir para o perigo do consumo de drogas. Segundo este especialista em Psicologia Clínica, o consumo de drogas como o "bloom" é uma realidade preocupante. Até 15 de agosto deste ano, os serviços de urgência do Hospital do Funchal receberam 149 pessoas, a Casa de Saúde de São João de Deus registou, até ao dia 21 de setembro, cerca de 165 internamentos. Houve quatro mortes devido ao consumo das drogas ilícitas.

Dulcina Branco  
Fotos: Filipe Marques

**Como é que viu a aprovação pelo parlamento madeirense do Decreto Legislativo Regional que proíbe a venda ou a comercialização das drogas "legais", nomeadamente a "bloom", na Madeira?**

- Para nós, Serviço Regional de

Toxicodependência, foi uma boa notícia porque é uma forma de restringir o acesso às drogas dita legais e ao restringirmos o acesso a estas substâncias, a probabilidade de consumo é muito menor. A Madeira é a primeira região do país a conse-



quir legislação para controlar estas substâncias, o que significa que agora podemos controlar muito melhor o mercado. Neste momento, as lojas estão encerradas por iniciativa própria, o decreto não fecha as lojas mas proíbe a venda das substâncias psicoativas, e estou convencido que vai ser difícil conseguirem vender novas substâncias dada a forma como está feito o decreto legislativo regional de 28/2012, que foi feito para evitar que apareçam novas drogas no mercado.

**A venda dessas substâncias era um problema que tinha uma base legal e que está agora resolvida?**

- Da forma como foi feito o decreto legislativo vai ser muito mais difícil a entrada de novas substân-

cias psicoativas no mercado regional porque agora há formas de limitar ou blindar o aparecimento das mesmas. Note-se que o facto de ser legal não significa que é seguro. A mensagem que era feita nestas lojas é que eram drogas que não teriam problemas para a saúde, podiam ser consumidas à vontade, o que é falso. Porque uma pessoa que consome uma droga destas, nem que seja uma só vez, está a pôr em risco a sua saúde mental e física. Não são fertilizantes nem são chás como a publicidade que as lojas fazem crer, é de certa forma uma publicidade enganosa e foi devido a um "vazio legal" que se aproveitou para vender estas substâncias como se fossem algo inofensivo, quando na ver-

# arma é a prevenção"



dade o seu consumo mata e leva ao internamento de pessoas. Até 15 de agosto deste ano, os serviços de urgência do Hospital Dr. Nélso Mendonça receberam 149 pessoas, a Casa de Saúde de São João de Deus registou, até ao dia 21 de setembro, cerca de 165 internamentos, e tivemos quatro mortes devido ao consumo das drogas legais. É um problema que nos tem preocupado e que nos preocupa, daí que, o IASAÚDE, através do Serviço de Prevenção de Toxicodependência, juntamente com os outros serviços da saúde e da comunidade em geral, tem desenvolvido um conjunto de ações no sentido de informar e formar as pessoas de modo a que estejam mais bem preparadas para lidar com esta situação. A questão das drogas legais teve um aspeto positivo no meio desta desgraça toda que foi o facto de mobilizar toda a sociedade para o problema. Notamos que as pessoas estão mais sensibilizadas para o problema das drogas em geral.

## Como é que se caracterizam as designadas "drogas legais"?

- As drogas legais não são mais do que substâncias que têm uma estrutura molecular ou química muito semelhante às drogas clássicas, como a heroína, a cocaína, a cannabis, etc., são trabalhadas em laboratório e às quais são adicionados componentes que as tornam mais potentes do que as drogas ilícitas e, consequentemente, acarretam graves consequências para a saúde de quem as consome, nomeadamente problemas psiquiátricos, como as psicoses (que se caracterizam por alterações da realidade, onde surgem alucinações e delírios de vário orden) e uma grande agitação psicomotora. Temos constatado que em indivíduos com predisposição para a doença mental e que, com o consumo destas substâncias, como o "bloom", desenvolvem Perturbações Psicóticas, das quais podemos salientar a Esquizofrenia, a qual é

uma doença crónica, o que significa que a pessoa passa a ser medicada para o resto da vida. Por outro lado, estas drogas podem desencadear problemas de rins, fígado, coração, etc.,

## Qual o perfil do consumidor destas substâncias?

- Não há um perfil padrão. Temos que ter cuidado quando se fala em perfis porque o problema da droga atravessa a sociedade em geral, é um problema transversal. O que sabemos é que, a maior parte das pessoas que consome este tipo de droga são indivíduos que são dependentes de heroína pelo facto destas serem legais e mais acessíveis.

## Em 2008, foi incumbido de dirigir o Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência. Quais as competências do mesmo?

- Tem como competências acompanhar o Plano Regional de Luta Contra a Droga o que representa trabalhar em articulação com uma série de entidades, desde as polícias, serviços da saúde, escolas, ou seja, todas as entidades públicas e privadas para que, todos em conjunto, trabalhem com o objetivo de combater o problema da toxicodependência. Tem existido uma excelente cooperação com todas as entidades que trabalham neste fenómeno. O nosso serviço tem uma incumbência que é monitorizar o fenómeno da droga na Madeira pelo que, recebemos dados das várias instituições que operam neste meio. No entanto a nossa principal competência é a prevenção, através do desenvolvimento e implementação de programas, campanhas, projetos e ações dirigidas para os vários contextos da sociedade madeirense, designadamente, a família, a escola, as empresas, os clubes desportivos, as paróquias, tendo sempre presente a prevenção universal, seletiva ou indicada. Prevenir é fundamentalmente educar! A prevenção deve centrar-se no indivíduo e não na substância. Há uma tentação por

parte das pessoas em querer utilizar imagens chocantes ou testemunhos pela negativa, sabemos que tal abordagem não funciona, antes pelo contrário pode incentivar o aumento da curiosidade por parte dos jovens em experimentar as drogas. Por ex., quando se vai a uma escola falar de Prevenção do consumo de drogas com adolescentes temos que ter muito cuidado na forma como discutimos o problema. O ênfase é dado às competências necessárias ao viver de forma saudável, sem recurso a substâncias psicoativas, nomeadamente a adoção de regras e comportamentos responsáveis, como o ser capaz de resistir à pressão do grupo que sabemos ser nestas faixas etárias um fator de risco determinante para a experimentação e consumo de drogas. Sabemos que os adolescentes gostam de correr riscos, sentir a adrenalina, a prática de atividades radicais é uma excelente opção, dado que sentem o risco mas de forma controlada. No primeiro semestre deste ano fizemos ações que atingiram à volta de 19 mil pessoas, sendo que, temos tido cada vez mais solicitações da sociedade.

## É, portanto, pela prevenção, que se pode diminuir o consumo de drogas?

- Sim, sem dúvida. As Nações Unidas já provaram em vários estudos que, por cada dólar que se gasta na prevenção, poupa-se dez no tratamento. A prevenção é fundamental e é por aqui que temos que ir. Cada vez mais, a nossa Região tem investido nesta área, mas não é a curto prazo que se vêm resultados. A prevenção não é só nós que fazemos enquanto Serviço de Prevenção da Toxicodependência. O nosso objetivo é sensibilizar, motivar e encorajar cada cidadão, entidades públicas e privadas, a sociedade e a comunidade em geral, para a importância do seu papel na prevenção do consumo de drogas, desde logo nas suas casas, nos seus trabalhos, nas suas

relações de amizade. Cada um de nós é responsável pela sua prevenção, daí que o foco seja a família e os pais. Por isso procuramos chegar aos pais, com o intuito de apoiar na educação dos seus filhos, nomeadamente a abordagem desta temática, bem como reforçar a importância dos hábitos e estilos de vida saudáveis e evitarem assim as drogas. Notamos que há pessoas que ainda têm vergonha e dificuldade em falar e refletir sobre este tema com os filhos. Isso ocorre em todas as classes sociais e gostaria de fazer um apelo a esses pais, se têm dúvidas, medos, dificuldades em falar com os vossos filhos sobre estas questões não hesitem em pedir colaboração às entidades regionais competentes, onde obterão apoio adequado. Se não informarmos corretamente os jovens eles procurarão informação, muitas vezes incorreta junto dos amigos ou na internet, correndo dessa forma riscos ao nível da experimentação consumo de substâncias psicoativas.

## Quais são as drogas que têm maior prevalência na Região?

- As drogas mais consumidas são o tabaco, o álcool e a cannabis, sendo que, o álcool e o tabaco são as drogas "legais" mais consumidas. Em termos de drogas ilegais, a cannabis é a droga mais consumida, não só na Região, como na Europa e no resto do mundo. Note-se que há um enraizamento cultural muito grande no que concerne ao consumo de álcool. A minha esperança é que com a lei da alteração da lei sobre a venda de álcool a menores, a qual vai aumentar para os 18 anos a idade mínima para consumir esta substância, e com os aumentos dos preços do tabaco, as pessoas sejam mais contidas no consumo destes produtos.

## A crise económica fez aumentar os números da toxicodependência?

- Quando estamos mais deprimidos, ansiosos e preocupados, muitas vezes, a dependência de substâncias

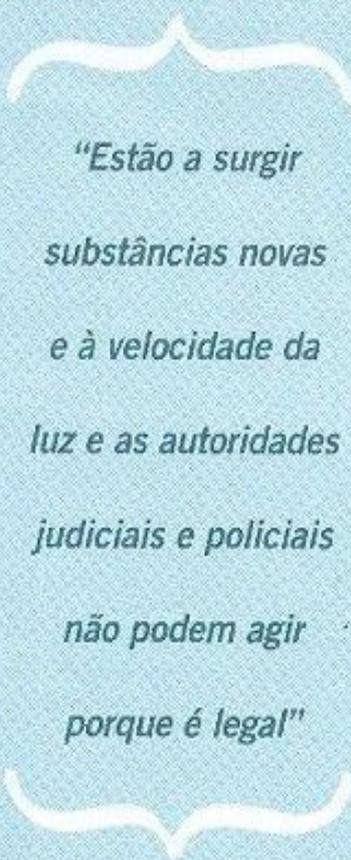
*"As drogas legais não são mais do que substâncias que têm uma estrutura molecular ou química muito semelhante às drogas clássicas, como a heroína, a cocaína, a cannabis, etc"*

é a solução que alguns procuram. Todavia é difícil fazer uma relação causa – efeito em relação à existência de mais dependências devido à crise. A depressão, por exemplo, é uma doença que disparou no mundo. Com a ajuda de todos, podemos mais ou menos bem lidar com a crise em vez de recorrermos a drogas, daí que a prevenção faz sentido e daí que o Serviço tem atuado mais sistematicamente no sentido de passar a mensagem de que é preciso evitar ao máximo o consumo dessas substâncias para vivermos dignamente e com saúde.

**Enquanto Psicólogo Clínico, como é lidar diariamente nesta área da Toxicodependência, ouvindo e tentando resolver os problemas?**

Como Psicólogo Clínico já tinha trabalhado nesta área nos centros de saúde e na comunidade, também no acompanhamento de doentes toxicodependentes e como deputado na Assembleia Legislativa da Madeira, onde defendi diplomas nesta matéria. É uma área que sempre gostei e na qual tenho trabalhado ao longo da minha vida. Tem sido gratificante. Quem trabalha na prevenção sabe que este é um trabalho moroso, é preciso ter resistência, é preciso estar motivado e sensibilizado porque não se vêem logo os resultados. Estamos a falar em mudar mentalidades, comportamentos, atitudes e é preciso ser perseverante nesta questão. Mas tudo isto não seria possível sem uma equipa de pessoas excelente, super motivada e multidisciplinar. A maior parte das nossas ações é no exterior, sendo que o nosso objetivo é formar cada vez mais as entidades civis, públicas e privadas, para que repliquem a mensagem preventiva. Por isso, é que temos formado professores, treinadores, técnicos de higiene e segurança no trabalho, catequistas, assistentes sociais, etc., ou seja, uma panóplia de agentes para que no seu dia-a-dia ponham em prática a mensagem da preven-

ção. É importante a repressão mas sem dúvida que a grande arma que temos para lidar com esta problemática da toxicodependência é a prevenção. É neste sentido que apelo a que os pais e as famílias, todos nós em geral, tenhamos cuidado e promovamos estilos de vida saudáveis com os nossos filhos, alunos, colegas. Todos somos poucos para



combater este flagelo. Além disso, ninguém por dizer que está livre. Cada um de nós, desde cedo, se tiver esta preocupação, obviamente que a probabilidade da droga crescer será menor.

**Foi deputado pelo PSD-M na Assembleia Legislativa da Madeira em que teve um papel interventivo nestas questões. Como é que foi a experiência?**

Foi uma experiência muito interessante e enriquecedora. Não se valoriza por vezes o papel do deputa-

do mas criar leis é uma tarefa muito importante para o funcionamento da Região. Fico feliz por ter tido essa oportunidade que foi ter passado por essa casa que é a casa da democracia da Madeira.

**Nessa altura trabalhou numa série de artigos ligados à problemática da toxicodependência. Qual o que destacaria e porquê?**

Nessa altura tínhamos a Lei Geral das Drogas em que tentámos mudar a lei 30/2000 que tinha a ver com a quantidade de drogas para consumo, uma lei que propusemos por iniciativa do grupo parlamentar do PSD-M mas que a Assembleia da República não deu seguimento. Em termos práticos, o que a lei diz é que se eu tiver cinco gramas de cannabis no bolso é considerado para meu consumo, é a dose média legal, eles (os toxicodependentes) sabem disso e vão vendendo de cinco em cinco e assim sucessivamente, o que é uma forma encapotada de vender. Encetamos esforços para que a lei fosse revista e finalmente foi aprovado o decreto legislativo regional contra as drogas, o que foi excelente. Quero felicitar o trabalho do grupo parlamentar, em especial o papel da deputada Rafaela Fernandes, em todo este trabalho. Por outro lado, gostaria de salientar o trabalho importante que foi realizado pelo Prof. Dr. Félix Carvalho, Toxicologista da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Achámos que é uma lei importante porque vai criar um sistema contra ordenacional na venda destas substâncias psicoativas, para além de que, é uma forma de limitar ou diminuir a prevalência do consumo das drogas.

**O que é que pensa da lei em geral que regula as drogas em Portugal?**

Tem que ser uma lei mais ágil. Isto porque a Lei 15/93 contém por molécula todas as drogas consideradas ilícitas. Esta forma de classificação apresenta lacunas no combate ao aparecimento de novas

substâncias, basta alterar a estrutura molecular de uma droga ilícita para que passe automaticamente lícita. Veja-se o caso da mefedrona, que as pessoas conhecem como o bloom, a qual passou a ser considerada ilícita em Maio deste ano resultado de uma diretiva comunitária, ainda não tinha sido aprovada essa alteração e no mercado já havia bloom com a molécula ligeiramente diferente, daquela que iria ser aditada à lei, logo já era considerada legal. Isto faz com que a Lei em vigor tenha pouca eficácia. Terá que haver uma intervenção tal como existe na Dinamarca ou na Irlanda, de forma a que todas as moléculas que entrem no mercado, que tenham substâncias psicoativas e ponham em risco a saúde, sejam automaticamente retiradas do mercado. É preciso verificar se são benéficas ou não para a saúde. Se forem benéficas, ótimo. Se não forem, devem ser logo proibidas. Em Portugal, o processo leva anos para provar que a substância faz mal à saúde e entretanto as drogas continuam a ser vendidas, enquanto nos outros países isto não acontece. Estão a surgir substâncias novas e à velocidade da luz e as autoridades judiciais e policiais não podem agir porque é legal.

**A Holanda é um bom exemplo ou um mau exemplo na questão das drogas, tendo em conta a liberalização que o país adotou face ao consumo da cannabis?**

Não considero que a Holanda seja um bom exemplo. Por várias razões não é um bom exemplo, senão vejamos, o consumo não diminuiu com a liberalização. Por outro lado, as doenças mentais dispararam, devido ao consumo da cannabis, a qual pode desencadear episódios psicóticos e outras perturbações psiquiátricas. Neste momento a Holanda está a alterar a lei, as "coffee shops" têm lotação máxima de pessoas e só poderá consumir cannabis quem é holandês. ☉